

Cardoso vai negociar taxa de 5%

O governo aceita negociar as medidas de aumento de imposto no ajuste fiscal, desde que o Congresso assegure o equilíbrio do orçamento do próximo ano, admitiu ontem o líder na Câmara, Roberto Freire. O líder almoçou com os ministros da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, e o ministro interino do Planejamento, Raul Jungmann. No almoço, eles acertaram a estratégia de negociação das medidas do ajuste fiscal.

“O governo está aberto às negociações mas não abre mão do equilíbrio orçamentário”, disse Freire. “Vou retomar o diálogo com as forças políticas que são contra e a favor para defender a aprovação do ajuste”. Nessa negociação, o ministro Fernando Henrique Cardoso aceitou elevar a Contribuição sobre o Lucro pago

pelos bancos e instituições financeiras, da alíquota de 23% para 30%, segundo o líder.

A estratégia de negociação considera a possibilidade de o Congresso alterar a proposta de aumentar em 5% as alíquotas dos impostos e contribuições federais. “Mas mantém intocável a desvinculação de receita dos estados e municípios”, disse Freire. Ele propôs ao ministro Cardoso que o governo eleve as alíquotas de imposto de forma diferenciada e seletiva, para “não penalizar ainda mais a classe média”.

Outra hipótese que será analisada pelo assessor especial do ministério, Edmar Bacha, é a de aumentar a alíquota do IPMF. Os contribuintes pessoas físicas pagariam mais IPMF e, em troca, poderiam abater a despesa no paga-

mento do Imposto de Renda. “O governo está aberto às propostas. O importante é manter o equilíbrio orçamentário”, insistiu Freire, lembrando, no entanto, que a desvinculação dos recursos repassados aos estados e municípios “não é passível de negociação”.

Segundo o parlamentar é preciso esclarecer aos governadores e prefeitos que não se trata de uma perda de recursos, mas de uma racionalização das verbas orçamentárias nos programas de saúde. “Precisamos mostrar que não há perda. Vamos buscar o apoio e cobrar responsabilidade dos governadores”, disse o líder do governo. “O Fundo, não tem como negociar”, insistiu o parlamentar, que acredita na possibilidade de os governadores passarem a defender a emenda constitucional.